



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Este ETP visa evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO<sup>1</sup>**

A presente contratação tem por finalidade promover a execução de obras de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na Estrada Gleba Nove, localizada no Município de Marquinho/PR, por meio dos recursos disponibilizados pelo Programa Estradas da Integração – PEI, conforme Convênio nº 095/2026.

A intervenção é necessária em razão das condições atuais da via, que apresenta trechos sem pavimentação e/ou com condições inadequadas de trafegabilidade, ocasionando dificuldades para o deslocamento de moradores, produtores rurais, estudantes, trabalhadores e demais usuários que dependem da estrada para acesso às propriedades rurais e à área urbana do município.

A melhoria da infraestrutura viária contribuirá para o aumento da segurança dos usuários, redução dos custos de manutenção dos veículos, diminuição do tempo de deslocamento e melhoria das condições de escoamento da produção agropecuária, atividade de grande relevância para a economia local.

Além dos benefícios econômicos, a pavimentação proporcionará melhores condições de mobilidade e acessibilidade, especialmente em períodos de chuvas, quando as condições da estrada se tornam mais críticas, impactando diretamente a prestação de serviços públicos essenciais, como transporte escolar, atendimento à saúde e demais ações desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para atender ao interesse público, promover o desenvolvimento local e regional, garantir melhores condições de circulação na zona rural e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos disponibilizados por meio do Programa Estradas da Integração – PEI.

### **2. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL<sup>2</sup>**

A presente contratação/aquisição está nos planos da administração pública para o ano de 2026, além disso há previsão orçamentária para tal, conforme memorando do departamento de contabilidade em anexo.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO<sup>3</sup>**

Deve ser observada a Regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-Financeira, qualificação técnica:

- Comprovação de que o ramo de atividade da proponente é compatível com o objeto da licitação.
- Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, devendo a proponente apresentar visto do CREA/PR, ou do respectivo órgão de classe, caso esteja estabelecida em outro estado, devendo esta constar o responsável técnico.
- aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da

<sup>1</sup> I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

<sup>2</sup> II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

<sup>3</sup> III - requisitos da contratação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Serviços de pavimentação com concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ de no mínimo 30.000,00 m<sup>2</sup>.
- Atestado de visita expedido pelo licitador, a proponente, através de representante, devidamente habilitado junto ao CREA, ou pelo respectivo conselho de classe, quando da visita ao local da obra deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta, esta visita deverá ser agendada junto ao Departamento de Engenharia, com o Eng<sup>o</sup> Civil Sr. Charles Alexandre Batista, na Rua Sete de Setembro, s/n, Centro, Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (042) 3050-1102.
- Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador.
  - A declaração, acima exigida, deverá(ao) ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do responsável(eis) técnico(s) indicado, emitido(s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA”, ou pelo respectivo conselho de classe, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada de Construção de Edificações em Alvenaria.
- Comprovação de vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.
  - Para o cargo de Engenheiro Civil;
  - O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da(s) obra(s), caso não conste a relação mínima neste anexo a proponente deverá apresentar sua relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, número do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação.
- Cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, nº RG e assinatura do responsável legal pela empresa e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado.

Assim, previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN, quando for o caso.

## 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (OBJETO COM QUANTITATIVOS)<sup>4</sup>

A estimativa das quantidades da contratação são as a seguir relacionadas, sendo que os quantitativos foram estimados com base no memorial descritivo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
001	<p>Local: Estrada Gleba Nove. Município de Marquinho - PR;</p> <p>Objeto: Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com área total de 60.000,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra.</p> <p>Trechos:</p> <p>- Estrada Gleba Nove, do início (371458,00;7221430,00) e fim do trecho (364151,00;7222463,00)</p> <p>Área Pavimentada: 60.000 m²</p> <p>Colocação de placas de comunicação visual.</p> <p>Prazo de execução: 240 (duzentos e quarenta) dias;</p> <p>Patrimônio Líquido mínimo: R\$ 1.288.360,18 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta reais e dezoito centavos).</p> <p>Valor máximo da licitação: R\$ 12.883.601,85 (doze milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e um reais e oitenta e cinco centavos).</p>	UN	1,00

## 5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO<sup>5</sup>

Foi realizado o levantamento de mercado pelo responsável técnico do departamento de engenharia, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/21, art. 11 e 14 do Decreto Municipal nº 096/2021, combinado com Decreto Federal nº 7.983/2013. Foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil, na forma do art. 3º do Decreto Federal nº 7.983/2013. Em análise das alternativas possíveis a solução técnica e econômica da escolha acima transcrita são as que melhor atendem ao interesse público.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO<sup>6</sup>

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, constam da planilha orçamentária anexo, elaborado

<sup>4</sup> IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

<sup>5</sup> V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

<sup>6</sup> VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



pelo responsável técnico, Charles Alexandre Batista. Não será preservado o sigilo até a conclusão do processo, pois, buscamos a maior competitividade possível entre as empresas participantes.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (INCLUSIVE EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO)<sup>7</sup>**

O intuito do município é auxiliar no desenvolvimento de ações de saneamento, contribuindo para que a população tenha acesso vias de qualidade e com segurança em sua locomoção até ao centro urbano, possibilitando o aumento da qualidade de vida.

Ressalta-se que o recapeamento da estrada rural visa melhorar a infraestrutura da via e a qualidade de vida dos munícipes que transitam neste espaço considerando o alto movimento de veículos.

A proponente vencedora, deverá apresentar na assinatura do termo de Contrato de Empreitada, a formalização da garantia de execução, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais, o valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, conforme art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021. Qualquer majoração do valor contratual obrigará a contratada a depositar, nas mesmas modalidades do item anterior, valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da alteração. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

## **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO<sup>8</sup>**

A contratação se dará de forma única, isso decorre do fato que há certeza quanto aos quantitativos que serão utilizados e o exato momento que serão, pelas características do objeto e das influências externas, assim, é vantajoso à Administração a contratação total do objeto da licitação de uma única vez.

## **9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)<sup>9</sup>**

O resultado pretendido com a contratação é suprir as necessidades da Secretaria Solicitante garantindo a economicidade, conforme ampla pesquisa na tabela SINAPI, e melhor aproveitamento dos recursos a seguir:

Os recursos humanos: haverá o aproveitamento dos servidores municipais responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e gestão contratual, especialmente do profissional de engenharia do quadro técnico do Município, garantindo o adequado controle da execução da obra.

Quanto aos materiais: a utilização dos materiais especificados em projeto e orçamento proporcionará maior durabilidade da pavimentação, redução da necessidade de intervenções corretivas e melhor desempenho da infraestrutura implantada, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

Quanto aos recursos financeiros: a contratação será realizada com base nos projetos, memoriais, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos elaborados para a obra, observando os parâmetros referenciais de custos aplicáveis ao objeto, de modo a assegurar a economicidade, a eficiência e a obtenção da solução mais vantajosa para a Administração.

<sup>7</sup> VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

<sup>8</sup> VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

<sup>9</sup> IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



Como resultado final, espera-se a melhoria das condições de deslocamento da população, o fortalecimento do escoamento da produção agropecuária, a redução dos custos de manutenção da via e dos veículos que nela trafegam, bem como o desenvolvimento econômico e social da região atendida.

Por se tratar de obra comum de engenharia, os resultados pretendidos encontram-se devidamente demonstrados nos benefícios decorrentes da execução do objeto, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## **10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS)<sup>10</sup>**

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, visto que se trata de objeto comum e os recursos humanos do Município possibilitam a fiscalização e gestão contratual. Assim, também não há necessidade de capacitar servidores para fiscalizar e gerir o contrato (§2º do art. 18 da Lei 14.133/21).

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES<sup>11</sup>**

Não há, no momento, contratações correlatas e/ou interdependentes, visto que se trata de objeto comum que pode ser entregue de forma independente.

## **12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS<sup>12</sup>**

A execução da pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na Estrada Gleba Nove poderá gerar impactos ambientais temporários e de baixa magnitude, inerentes às atividades de movimentação de materiais, operação de máquinas e equipamentos, transporte de insumos e geração de resíduos da construção civil.

Entre os principais impactos potenciais, destacam-se a emissão de poeira e ruídos durante a execução dos serviços, a geração de resíduos sólidos decorrentes da obra e eventuais interferências temporárias no tráfego local.

Para mitigação desses impactos, a contratada deverá adotar as medidas ambientalmente adequadas, observando a legislação vigente e as boas práticas de engenharia, especialmente:

- a) realizar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra, em conformidade com a legislação aplicável;
- b) promover a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos da construção civil;
- c) adotar medidas para controle da emissão de poeira e minimização de ruídos durante a execução dos serviços;
- d) evitar o descarte de materiais, resíduos, óleos, combustíveis ou quaisquer substâncias em áreas de preservação, cursos d'água ou locais não autorizados;
- e) observar todas as exigências ambientais eventualmente aplicáveis ao empreendimento.

<sup>10</sup> X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

<sup>11</sup> XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

<sup>12</sup> XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARQUINHO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ:01.612.552/0001-13

e-mail: pmmarquinho@yahoo.com.br

Rua 7 de Setembro, s/n - CEP. 85.168-000 - Centro - Marquinho - PR.



Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas as diretrizes constantes da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 45, bem como as demais normas ambientais pertinentes.

## **13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.<sup>13</sup>**

Diante de tudo o que consta dos itens acima, entendo ser adequada a contratação pretendia para atendimentos às necessidades da Administração, visto que garante o cumprimento dos princípios da Administração (da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência) e aos demais contidos no art. 5º da Lei 14.133/21, em especial o princípio do interesse público, do planejamento, da eficácia, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

## **14. DA AFERIÇÃO DOS PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE ALMEJADOS<sup>14</sup>**

As especificações do objeto foram realizadas no termo de referência e nos projetos elaborados pelo departamento de engenharia, sendo que neles estão demonstrados todos os padrões de desempenho e qualidade almejados, sem prejuízos.

## **15. DO REGISTRO DE PREÇOS.**

Não será realizado registro de preços.

## **16. REGIONALIZAÇÃO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.006/2025.**

Opta-se, nesse caso, por não regionalizar o processo licitatório, tendo em vista a natureza do objeto, pois para este tipo de aquisição ou serviço, a prática de regionalização pode limitar de forma danosa a concorrência, restringindo a participação de fornecedores de outras localidades que poderiam oferecer melhores condições de preço e qualidade. Sendo assim, para este objeto em específico, é vantajoso que haja uma competição ampla, que atraia empresas especializadas no fornecimento deste tipo de serviço ou produto, garantindo maior eficiência e melhores resultados para a administração pública.

Marquinho/PR, 09 de junho de 2026.

**SERGIO LUIZ DAL PAI**

Secretário Municipal de Administração

<sup>13</sup> XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

<sup>14</sup> § 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.